

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 34/2012

Período: 22/09/2012 – 28/09/2012

GEDES – Brasil

- 1- Livro sobre a Guerrilha do Araguaia retrata o lado humano e pessoal
- 2- O papel e a carreira do secretário de segurança presidencial
- 3- Documentos sobre objetos voadores não identificados são demandas recorrentes para militares
- 4- Esquadrilha da Fumaça participa de apresentações do evento Domingo Aéreo no Parque
- 5- Certidão do óbito de Herzog será alterada
- 6- Comissão da Verdade investigará empresários que financiaram crimes durante o regime militar
- 7- Prédio do DOI-Codi poderá ser tombado
- 8- Comissão da Verdade investigará origens das ordens durante o regime militar
- 9- Documentos da ONU evidenciam atividades da Operação Condor
- 10- Comissão da Verdade cria grupo para investigar Operação Condor
- 11- Governo propõe registro de locais onde houve tortura
- 12- Militares fazem exercício na região da Amazônia
- 13- Prefeito pede auxílio de tropas federais em cidade de Pernambuco
- 14- Reino Unido quer investir na área de defesa no Brasil

1- Livro sobre a Guerrilha do Araguaia retrata o lado humano e pessoal

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, Liniane Haag Brum, sobrinha de Cilon Cunha Brum, um dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia (1967-1974), conta em livro de sua autoria a história do desaparecimento de seu tio por outro ângulo, que foge aos eixos histórico e jornalístico. No livro, a autora fez um relato que escapou ao viés bipolarizado desse conflito, ou seja, que retrata ou o ponto de vista dos ex-militantes ou o jornalistas. Liliane produziu no livro uma “incursão memorial a partir da figura do tio. Segundo o *Correio*, a obra constitui um amadurecimento da discussão sobre o regime militar (1964 – 1985) no país. A história introduz o leitor no drama familiar dos desaparecidos políticos, ajudando-o, dessa forma, a compreender o medo vivido por essa família do interior do Rio Grande do Sul, o que, segundo o jornal, proporciona uma ampliação do “impacto sobre o estado de violência que dominou o Brasil” naquele período. (*Correio Braziliense* – 22/09/12)

2- O papel e a carreira do secretário de segurança presidencial

Por conta da viagem da presidenta Dilma Rousseff à Nova Iorque para seu discurso inaugural na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 25/09/2012, o jornal *Correio Braziliense* publicou reportagem que explicou a carreira e as funções do secretário de Segurança Presidencial, que integra a comitiva presidencial em todas as viagens e é o encarregado de proteger a presidenta da República a todo custo. O atual secretário de

Segurança Presidencial é Marco Antônio Amaro dos Santos, o general Amaro, indicado ao cargo pelas Forças Armadas. De acordo com a assessoria de comunicação social do Gabinete de Segurança Institucional, os candidatos a serviço na Secretaria de Segurança Presidencial “são selecionados nos órgãos de origem de acordo com o perfil, parâmetros e atributos compatíveis com a importância da função a ser exercida”. O general deve manter sempre a discrição, está em trabalho permanente e é insubstituível. Contudo, o *Correio* noticiou que o cargo não é bem visto pelos militares, que temem a responsabilidade de ser a “sombra” da presidenta, agir sacrificando a própria vida caso o aparato de segurança falhe e o “inconveniente de lidar com os humores da presidente”. (*Correio Braziliense* – 23/09/12)

3- Documentos sobre objetos voadores não identificados são demandas recorrentes para militares

Segundo publicado pelo periódico *Correio Braziliense*, desde que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, no mês de maio de 2012, 20% dos pedidos recebidos pela Aeronáutica, são solicitações de documentos sobre objetos voadores não identificados, os “óvnis”. Foram 59 solicitações, que perdem somente para o requerimento de dados pessoais. No Exército, 14 dos 410 pedidos se referem a “seres de outros planetas” e, segundo o periódico, a instituição tem sido pressionada a revelar supostos relatos sobre um caso ocorrido no ano de 1996 na cidade de Varginha, no estado de Minas Gerais (MG). A Aeronáutica seria a mais requisitada, por abrigar o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra), órgão responsável por receber e catalogar documentos com relatos de “óvnis” por usuários do sistema de controle de tráfego aéreo. Conforme o presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas e Discos Voadores, Ademar José Gavaerd, as solicitações provém de estudiosos e curiosos que se articulam para que as Forças liberem os arquivos. Já foram divulgadas 4,5 mil páginas, das quais Gavaerd considera que 2 mil são “lixo”, porém o presidente da entidade civil sem fins lucrativos insiste na liberação dos documentos sobre o caso de Varginha, considerado por ele como o “segredo mais bem guardado do Brasil”. O episódio, que ocorreu no mês de janeiro de 1996, na cidade de Varginha (MG), se apresentou pelo relato de “uma movimentação estranha no céu”, seguido pelo testemunho de três garotas que disseram ter encontrado “uma criatura estranha”. Segundo o *Correio*, militares do Exército e do Corpo de Bombeiros teriam capturado um ser de outro planeta e o levado para um hospital a fim de realizar exames. Após uma auditoria militar, o governo negou qualquer movimentação neste sentido. Sobre o episódio, o Exército informou que o caso foi “devidamente esclarecido à época pelo Comando da Escola de Sargentos das Armas, situada em Três Corações (MG), com a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM), que após sua conclusão foi encaminhado à 4ª Circunscrição Judiciária Militar”. Já a Aeronáutica explicou que “após a devida catalogação do Codambra, tais registros devem ser enviados ao Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (Cendoc) que, por sua vez, encaminha os originais ao acervo do Arquivo Nacional, oferecendo à sociedade pleno acesso a esta documentação”. (*Correio Braziliense* – 23/09/12)

4- Esquadrilha da Fumaça participa do evento Domingo Aéreo No Parque

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a Esquadrilha da Fumaça participou das apresentações do Domingo Aéreo no Parque, ocorrido nos dias 22 e 23/09/12, no aeroporto de Campo de Marte, na zona norte da cidade de São Paulo. Durante o evento, que esperava 90 mil pessoas, além de participar de outras atividades, os visitantes puderam conhecer aeronaves da Força Aérea Brasileira. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/09/12)

5- Certidão do óbito de Herzog será alterada

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, por decisão judicial, no dia 24/05/12, a certidão de óbito do jornalista Vladimir Herzog será alterada. A causa da morte, que atualmente consta “suicídio”, será substituída por “morte decorrida de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II-Exército–SP, Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)”. O pedido da alteração, realizado pela viúva de Herzog, Clarice, e pela Comissão Nacional da Verdade, foi acatado pelo juiz da Segunda Vara de Registros Públicos de São Paulo, Márcio Bonilha Filho. Este pode ser considerado o primeiro resultado prático conquistado pelos integrantes da Comissão da Verdade. Bonilha Filho, em sua sentença, afirmou que não aprovar o pedido de mudança da causa da morte de Herzog seria prolongar o sofrimento da viúva e dos familiares, além de “afrontar a consciência pública nacional”. No dia 25/10/75, Vladimir Herzog faleceu após sofrer torturas. Segundo a *Folha*, “os agentes repressores”, após a morte do jornalista, montaram a cena com o intuito de forjar um suicídio. A nota oficial do Exército, emitida após a morte de Herzog, confirmara o suicídio. O acontecimento tornou-se um símbolo na luta contra o regime militar (1964-1985). De acordo com os membros da Comissão da Verdade, a alteração das certidões de óbito “tem um peso simbólico muito importante”. Em São Paulo, membros da Comissão Nacional se reuniram com os integrantes da Comissão Estadual, produzindo assim uma lista de 140 nomes, dentre eles o de Vladimir Herzog, que serão investigados em conjunto pelos dois grupos. Todos os nomes são de pessoas que morreram ou desapareceram em São Paulo ou de paulistas que faleceram e sumiram em outras regiões do país. Já, segundo o *Correio Braziliense* do dia 26/09/12, o ex-ministro e membro da Comissão, José Carlos Dias, afirmou que a decisão judicial se faz importante por abrir precedentes para que outras famílias busquem esse tipo de alteração nos documentos. Segundo o *Correio*, a Comissão estuda registrar ação civil pública que reúna todas as famílias interessadas em obter alterações. Para Dias, faz-se necessário “fechar a biografia das vítimas” e documentar as ações do “aparelho repressivo estatal”. Segundo publicação no dia 27/09/12 pelo *Estado*, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos aprovou “uma proposta de retificação de registros de óbitos”. O número de atestados passíveis de mudança está entre 200 e 400. A proposta do colegiado é de, individualmente, e com o consentimento das famílias dos mortos, fornecer documentos aos juízes das comarcas e recomendar a revisão dos atestados. Um dos integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos, Diva Santana, mencionou que as buscas para localizar os corpos não devem cessar, pois assim, existirão fundamentos para mudar os atestados. Ainda foi mencionado que o presidente dessa comissão, Marco Antônio Barbosa, idealizou uma

parceria com a Comissão da Verdade, visando uma “retificação em massa’ dos atestados”. De acordo com o *Estado*, na declaração do juiz Bonilha Filho, a Comissão da Verdade tem um respaldo legal para desempenhar diversos poderes administrativos e praticar atos ajustados a suas atribuições legais, entre eles recomendações de adoção de ações para efetivar a reconciliação nacional, gerando a reconstrução da história. Editorial da *Folha* do dia 26/09/12, por sua vez, defendeu que é preciso “esclarecer os fatos e reconstruir a memória” do período, e a mudança no atestado de óbito de Herzog seria um exemplo de uma ação que se direcione a isso. O jornal recordou também que a decisão foi o primeiro resultado prático dos trabalhos da Comissão da Verdade, “tem valor simbólico e histórico e abre a perspectiva de outras reparações análogas”. Ainda segundo a *Folha*, a intenção dessas revisões é “retirar expressões ofensivas à memória das vítimas e versões falsas para suas mortes”. (Correio Braziliense – 26/09/12; Folha de S. Paulo – Poder – 25/09/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 26/09/12; Folha de S. Paulo – Poder – 26/09/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/09/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/09/12)

6- Comissão da Verdade investigará empresários que financiaram crimes durante o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão da Verdade declarou que abrirá uma nova linha de investigação. Além de apurar os responsáveis por torturas, desaparecimentos e assassinatos, deverá averiguar também empresários que financiaram os delitos durante o regime militar (1964-1985). O ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias, associou o suporte empresarial ao regime com o escândalo de corrupção que auxiliou a retirada de Fernando Collor do governo, em 1992. Os membros da Comissão revelaram que estão sofrendo dificuldades para acessar documentos oficiais que poderiam explicar os crimes. O principal problema estaria presente no Ministério da Defesa, visto que, apesar do apoio do ministro da Defesa, Celso Amorim, aos trabalhos da Comissão, militares sob seu comando estariam se recusando a colaborar, alegando que os arquivos foram incinerados. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/09/12)

7- Prédio do DOI-Codi poderá ser tombado

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro da Justiça e advogado José Carlos Dias declarou, no dia 24/09/12, que pedirá ao governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, o tombamento do prédio do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na cidade de São Paulo. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/09/12)

8- Comissão da Verdade investigará origens das ordens durante o regime militar

De acordo com jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade investigará de onde partiam as ordens, executadas por policiais civis e militares, para ações de tortura, sequestro e desaparecimento de prisioneiros

políticos no período do regime militar (1964-1985). Segundo a Comissão, os policiais atuavam a partir do cumprimento de ordens, dentro de uma cadeia de comando. Para o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, a tortura era uma política de Estado durante o regime militar, sendo que as torturas, os desaparecimentos, e os assassinatos não foram consequência de excessos cometidos por alguns integrantes do Estado. Ainda segundo Pinheiro, à Comissão não interessam apenas informações sobre “os agentes acusados de violações de direitos humanos”, mas também a origem das ordens. Em encontro com jornalistas, no dia 24/09/12, em São Paulo, integrantes da Comissão manifestaram que a principal dificuldade que enfrentam é a falta de documentos do campo militar sobre o período. As solicitações realizadas às autoridades militares têm como resposta a informação de que os documentos foram incinerados. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/09/12)

9- Documentos da ONU evidenciam atividades da Operação Condor

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, nas décadas de 1960 e 1970 houve um acordo político e militar entre vários países da América do Sul que estavam sob regime militar, chamado Operação Condor. O acordo, que envolvia a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai, tinha como intuito caçar e devolver perseguidos políticos refugiados em qualquer desses países ao seu Estado de origem, atividade considerada crime contra a humanidade pelas convenções da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o jornal, o acervo de documentos produzidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) evidencia essa colaboração principalmente entre os governos militares do Brasil, Uruguai e Argentina. Para a ONU, a comprovação das informações dos seus documentos poderia exigir que pessoas fossem processadas pelo crime atualmente. A documentação mostra uma cooperação bastante organizada, que levou a ONU a formar uma operação para a retirada de 18 mil pessoas do Cone Sul ameaçadas por suas atividades políticas. De acordo com *O Estado*, até o fim dos anos 1960, a ONU acreditava que os perseguidos em um país da região que cruzassem a fronteira estariam com sua proteção garantida e não seriam devolvidos. Entretanto, a partir de 1969, um telegrama do escritório da ONU em Buenos Aires para Genebra mostrou que essa percepção começou a ser transformada. O documento relatou que fontes da Igreja teriam informado que brasileiros refugiados estavam sendo perseguidos na Argentina e no Uruguai. Outro telegrama do ano de 1970 do representante da ACNUR em Bogotá para Genebra alertava para uma coordenação entre as diplomacias da região que visava conter a onda de sequestros políticos. Dentre as medidas, o documento destacava o compromisso assumido por esses países de “não dar asilo a qualquer pessoa na lista de candidatos para serem trocados com sequestradores e dar extradição imediata se um deles entrar em seus territórios”. Outros documentos da mesma época evidenciam a existência de 18 brasileiros que estavam em situação de risco no Uruguai, bem como de um estudante brasileiro que era ameaçado na Argentina. Em contrapartida, pelo menos até 1979, cidadãos de países vizinhos como os argentinos, paraguaios, uruguaios e chilenos que se exilaram no Brasil foram vigiados, ameaçados, presos e devolvidos aos seus países. De acordo com os documentos da ONU, só o serviço secreto uruguaio, com a ajuda dos governos argentino e brasileiro,

teria recuperado 110 refugiados políticos entre 1976 e 1979. Os documentos relatam diversos outros casos e afirmam que o serviço secreto argentino também estaria ativo no Brasil. A ONU, que, na época, pediu uma reunião de emergência com o Itamaraty para tratar do assunto, recebeu apenas a resposta de que o Brasil “lamentava o incidente”. A organização teria evidenciado também um sistema de envio de fotos de suspeitos, que iria do Brasil à Argentina. O governo brasileiro exigia dos estrangeiros, mesmo que protegidos pela ONU, que renovassem seus vistos a cada três meses. Nessas ocasiões, quando o documento era trocado, os agentes brasileiros logravam ficar com as fotos dos passaportes vencidos, que posteriormente eram usadas em sessões de tortura na Argentina para que os militantes reconhecessem nelas os seus colegas. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 26/09/12)

10- Comissão da Verdade cria grupo para investigar Operação Condor

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Comissão da Verdade anunciou em resolução no Diário Oficial do dia 25/09/12 que criou um grupo com a finalidade de investigar a participação do Brasil na Operação Condor, que uniu governos militares da América do Sul na perseguição de militantes nos anos 1960 e 1970. O objetivo do grupo é “esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos” no âmbito da operação. O jornalista Luiz Cláudio Cunha, autor da reportagem publicada em 1978 na revista *Veja* sobre o sequestro dos uruguaios Universindo Diaz e Lilian Celiberti, no estado do Rio Grande do Sul (uma ação da Operação Condor) atuará como consultor no grupo que investigará a operação. Em entrevista ao *Estado*, Cunha alegou que será apenas “uma peça a mais” graças ao conhecimento que tem do período, e poderá agregar informações à Comissão. Um dos casos a ser estudado por esse grupo será o da morte do ex-presidente da República João Goulart, que foi deposto pelo golpe militar de 1964. Goulart teria morrido em 1976 por um ataque cardíaco na cidade argentina de Mercedes, na província de Corrientes. Entretanto, há suspeitas de que o ex-presidente tenha sido assassinado por agentes da Operação Condor. De acordo com *O Estado*, em 2008, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou depoimento do ex-agente do serviço de inteligência do Uruguai, Mario Neira Barreiro, no qual afirmou que Goulart teria sido envenenado por ordem de um dos principais agentes da repressão, Sérgio Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo. A versão foi confirmada ainda pela revista *Carta Capital*, que, em 2009, publicou documentos do Serviço Nacional de Informação que reforçariam as denúncias de envenenamento. (Correio Braziliense – 26/09/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/09/12)

11- Governo propõe registro de locais onde houve tortura

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Secretaria de Direitos Humanos deseja iniciar uma “política nacional de sítios de memória”. Tal política teria como objetivo demarcar os locais, públicos ou privados, que foram utilizados para a prática de tortura durante o período do regime militar (1964-1985), como já foi realizado na Casa da Morte na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, lugar que será transformado em museu. Esta proposta foi colocada em pauta durante a reunião da Comissão de Mortos e

Desaparecidos Políticos pela ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. O jornal destacou que integrantes do governo evidenciaram a necessidade da “participação de Estados, municípios e da sociedade civil na localização e demarcação desses lugares” para mapear os locais onde houve tortura. De acordo com *O Estado*, está sendo construído na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, um Memorial da Anistia, “planejado por meio de parceria entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais”. Ainda foi mencionado que o governo discute a transformação de bases militares em sítios de memória, porém, ressaltou que esta questão pode criar um ambiente desarmonioso de relação com membros das Forças Armadas. *O Estado* afirmou que a Casa Azul, base militar que existiu durante a Guerrilha do Araguaia, está entre os locais listados. Outro exemplo é a transformação da cadeia pública, em que o guerrilheiro Ruy Berbert morreu, em museu. Ainda foi mencionado pelo periódico que o “primeiro ato do projeto será a realização de um seminário no Rio de Janeiro, nos dias 23 e 24 de outubro [do ano de 2012], sobre sítios de memória”, e que, na última reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul, foi aprovado um documento que considerava como um dos princípios mais importantes a “recuperação e preservação de locais onde foram cometidas graves violações de direitos humanos durante as ditaduras militares no Cone Sul”. O jornal afirmou ainda que os sítios de memória fazem parte dos mecanismos de Justiça de Transição, sendo “adotados em outros países como política pública de memória e construção da democracia”. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/09/12*)

12- Militares fazem exercício na região da Amazônia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, cinco mil militares participaram da Operação Amazônia 2012, exercício que simulou “situações de defesa de área, interdição do espaço aéreo e deslocamento rápido, para missões múltiplas”. Apesar da operação se tratar de um treinamento, foram apreendidas pela Marinha sete embarcações, sendo que três delas continham armas. Ao todo abordaram 159 embarcações, e estradas não mapeadas foram identificadas. Segundo o ministro da Defesa, Celso Amorim, “o programa ‘destina-se a preparar a tropa para a defesa, enquanto aplica um pente grosso nos locais por onde passa - é diferente da série Ágata, que faz um patrulhamento armado e real da linha de fronteira: é o pente fino’”. Segundo *O Estado*, a operação contou com aviões modelo A-29 Super Tucano e caças supersônicos F-5M, da Base Aérea de Manaus. Além disso, a operação pretendeu atender cerca de 1.800 habitantes de comunidades ribeirinhas. Composto este suporte, foi utilizado um navio hospital, atracado no porto de Manaus, um centro assistencial de campanha para expedição de carteiras de identidade e registro do alistamento militar e a prestação de serviços jurídicos que, segundo um oficial do Comando Militar da Amazônia, é um dos mais procurados. O jornal ainda noticiou que, em 2013, a Amazônia receberá 11 novos equipamentos que irão compor estações meteorológicas e enviar dados para satélites. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/09/12*)

13- Prefeito pede auxílio de tropas federais em cidade de Pernambuco

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o prefeito da cidade de Ipojuca, no estado de Pernambuco, Pedro Serafim, solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral que fossem enviadas tropas federais visando assegurar a cidade nas semanas que precedem as eleições do ano de 2012. Segundo Serafim, a cidade não tem capacidade policial suficiente para garantir a segurança da população. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/09/12*)

14- Reino Unido quer investir na área de defesa no Brasil

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o primeiro ministro do Reino Unido, David Cameron, em sua primeira visita oficial ao Brasil, declarou ter forte interesse em investir nas áreas de infraestrutura, energia e petróleo, defesa, educação, indústria farmacêutica e nos eventos esportivos que serão sediados no Brasil. De acordo o *Correio*, Cameron afirmou que “na área de defesa, nós podemos ajudar no processo de modernização das Forças Armadas brasileiras, como dois países amigos podem e devem fazer”. Aproveitando a visita do primeiro-ministro, a empresa General Dynamics UK, gigante do setor de defesa, anunciou a abertura de uma subsidiária sua no Rio de Janeiro. (*Correio Braziliense – Economia – 28/09/12; Folha de S. Paulo – Mundo – 28/09/12; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/09/12*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).